

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
DA PARAÍBA - CAU/PB

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017

## CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA PARAÍBA - CAU/PB

Demonstrações contábeis  
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017

### Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao  
Conselho Federal e ao Conselho Diretor  
Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba - CAU/PB  
João Pessoa - PB

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba - CAU/PB ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba - CAU/PB em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades do Setor Público (NBCASP).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 3, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades do Setor Público (NBCASP), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 10 de abril de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - PB

Alfredo Ferreira Marques Filho  
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - PB

## Balço Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>983.976,51</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>66.177,34</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	833.517,28	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	150.447,23	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	12,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	65.416,44
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>117.459,02</b>	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	760,90
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>0,00</b>
INVESTIMENTOS	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
IMOBILIZADO	117.459,02	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
BENS MÓVEIS	219.637,53	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	102.178,51	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
INTANGÍVEL	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00
		<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>66.177,34</b>

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
		<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
		Especificação	Exercício Atual
		Patrimônio Social e Capital Social	0,00
		Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00
		Demais Reservas	0,00
		Resultados Acumulados	1.035.258,19
		<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.035.258,19</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.101.435,53</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.101.435,53</b>
ATIVO FINANCEIRO	833.517,28	PASSIVO FINANCEIRO	66.177,34
ATIVO PERMANENTE	267.918,25	PASSIVO PERMANENTE	0,00
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>			<b>1.035.258,19</b>

## Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Saldo do Atos Potenciais Ativos		Saldo do Atos Potenciais Passivos	
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>

## Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	767.339,94	743.042,31

João Pessoa-PB, 31 de dezembro de 2017

JOÃO CRISTIANO REBOUÇAS ROLIM  
PRESIDENTE  
CAU A12478-8  
365.083.904-06

MÔNICA CRISTINA VIEIRA SMITH  
ASSESSORA CONTÁBIL  
CRC 5920/O-3 PB  
952.254.394-20

# CAU - PB

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA PARAIBA

CNPJ: 14.918.711/0001-54

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

## Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.405.576,99	1.255.970,64	Despesa Orçamentária	1.370.849,38	1.225.076,50
RECEITA REALIZADA	1.405.576,99	1.255.970,64	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO		2.430,06
RECEITA CORRENTE	1.405.576,99	1.255.970,64	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.370.849,38	1.222.646,44
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	567.717,37	501.329,92	DESPEZA CORRENTE	1.370.849,38	1.191.646,44
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	567.717,37	501.329,92	PESSOAL	808.643,64	708.112,29
ANUIDADES	567.717,37	501.329,92	MATERIAL DE CONSUMO	9.526,05	7.394,90
RECEITA DE SERVIÇOS	664.885,94	602.079,99	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	81.682,66	70.585,40
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.641,53	1.671,68	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	251.341,74	203.397,51
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	663.100,81	600.274,58	ENCARGOS DIVERSOS	61.825,29	61.612,15
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	143,60	133,73	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	157.830,00	140.544,19
FINANCEIRAS	131.675,61	144.487,53	DESPEZA DE CAPITAL		31.000,00
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	25.948,12	14.205,21	INVESTIMENTOS		31.000,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	105.727,49	130.282,32			
MULTAS SOBRE ANUIDADES	23.801,42	18.806,70			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	81.926,07	111.475,62			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	41.298,07	8.073,20			
MULTAS DE INFRAÇÕES	4.085,70	1.536,74			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	36.813,73	6.536,46			



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	398,64				
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	2.868.026,17	2.113.005,48	Pagamentos Extraorçamentários	2.869.930,41	2.112.418,39
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados		2.430,06	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	2.430,06	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	232.502,53	200.506,45	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	232.006,65	202.305,08
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.635.523,64	1.910.068,97	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.635.493,70	1.910.113,31
Saldo em espécie do Exercício Anterior	800.693,91	769.212,68	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	833.517,28	800.693,91
Caixa e Equivalente de Caixa	800.693,91	769.212,68	Caixa e Equivalente de Caixa	833.517,28	800.693,91
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		
<b>Total:</b>	<b>5.074.297,07</b>	<b>4.138.188,80</b>		<b>5.074.297,07</b>	<b>4.138.188,80</b>

João Pessoa-PB, 31 de dezembro de 2017

JOÃO CRISTIANO REBOUÇAS ROLIM  
 PRESIDENTE  
 CAU A12478-8  
 365.083.904-06

MÔNICA CRISTINA VIEIRA SMITH  
 ASSESSORA CONTÁBIL  
 CRC 5920/O-3 PB  
 952.254.394-20

## Balço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.470.076,00	1.468.561,00	1.405.576,99	-62.984,01
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	611.298,00	608.911,00	567.717,37	-41.193,63
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	611.298,00	608.911,00	567.717,37	-41.193,63
ANUIDADES	611.298,00	608.911,00	567.717,37	-41.193,63
RECEITA DE SERVIÇOS	708.853,00	666.934,00	664.885,94	-2.048,06
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.500,00	1.500,00	1.641,53	141,53
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	707.053,00	665.134,00	663.100,81	-2.033,19
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	300,00	300,00	143,60	-156,40
FINANCEIRAS	147.025,00	147.675,00	135.556,22	-12.118,78
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	13.200,00	20.350,00	25.948,12	5.598,12
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	133.825,00	127.325,00	109.608,10	-17.716,90
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	1.300,00	4.800,00	3.880,61	-919,39
MULTAS SOBRE ANUIDADES	17.525,00	17.525,00	23.801,42	6.276,42
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	115.000,00	105.000,00	81.926,07	-23.073,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.900,00	45.041,00	37.417,46	-7.623,54
MULTAS DE INFRAÇÕES	1.400,00	1.400,00	205,09	-1.194,91
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00	23.808,00	36.813,73	13.005,73
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	500,00	19.833,00	398,64	-19.434,36
RECEITA DE CAPITAL	40.000,00	5.000,00	0,00	-5.000,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			40.000,00	5.000,00	0,00	-5.000,00		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE			40.000,00	5.000,00	0,00	-5.000,00		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>SUB-TOTAL DAS RECEITAS</b>			<b>1.510.076,00</b>	<b>1.473.561,00</b>	<b>1.405.576,99</b>	<b>-67.984,01</b>		
<b>DÉFICIT</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>TOTAL</b>			<b>1.510.076,00</b>	<b>1.473.561,00</b>	<b>1.405.576,99</b>	<b>-67.984,01</b>		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPEZA CORRENTE			1.458.118,54	1.458.561,00	1.370.849,38	1.370.849,38	1.370.849,38	87.711,62
PESSOAL			813.223,72	819.682,30	808.643,64	808.643,64	808.643,64	11.038,66
PESSOAL E ENCARGOS			766.063,72	755.302,30	745.073,64	745.073,64	745.073,64	10.228,66
DIÁRIAS			47.160,00	64.380,00	63.570,00	63.570,00	63.570,00	810,00
MATERIAL DE CONSUMO			17.040,00	11.184,57	9.526,05	9.526,05	9.526,05	1.658,52
MATERIAL DE CONSUMO			17.040,00	11.184,57	9.526,05	9.526,05	9.526,05	1.658,52
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			107.848,00	82.926,66	81.682,66	81.682,66	81.682,66	1.244,00
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS			21.848,00	14.466,66	14.002,66	14.002,66	14.002,66	464,00
DIÁRIAS			63.000,00	45.780,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	780,00
SERVIÇOS DE CONSULTORIA			23.000,00	22.680,00	22.680,00	22.680,00	22.680,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			298.048,42	281.632,46	251.341,74	251.341,74	251.341,74	30.290,72
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO			37.500,00	35.514,37	27.116,38	27.116,38	27.116,38	8.397,99
SERVIÇOS PRESTADOS			216.537,00	207.405,00	189.841,59	189.841,59	189.841,59	17.563,41
PASSAGENS			44.011,42	38.713,09	34.383,77	34.383,77	34.383,77	4.329,32
ENCARGOS DIVERSOS			49.128,40	86.094,76	61.825,29	61.825,29	61.825,29	24.269,47
ENCARGOS DIVERSOS			49.128,40	86.094,76	61.825,29	61.825,29	61.825,29	24.269,47
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			172.830,00	177.040,25	157.830,00	157.830,00	157.830,00	19.210,25
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF			46.572,00	46.572,00	46.572,00	46.572,00	46.572,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	40.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
INVESTIMENTOS	40.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	40.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	11.957,46	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
<b>SUB-TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>1.510.076,00</b>	<b>1.473.561,00</b>	<b>1.370.849,38</b>	<b>1.370.849,38</b>	<b>1.370.849,38</b>	<b>102.711,62</b>
<b>SUPERÁVIT</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>34.727,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-34.727,61</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.510.076,00</b>	<b>1.473.561,00</b>	<b>1.405.576,99</b>	<b>1.370.849,38</b>	<b>1.370.849,38</b>	<b>67.984,01</b>

João Pessoa-PB, 31 de dezembro de 2017

---

JOÃO CRISTIANO REBOUÇAS ROLIM  
 PRESIDENTE  
 CAU A12478-8  
 365.083.904-06

---

MÔNICA CRISTINA VIEIRA SMITH  
 ASSESSORA CONTÁBIL  
 CRC 5920/O-3 PB  
 952.254.394-20

## DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESA CORRENTE	0,00	2.430,06	2.430,06	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	2.430,06	2.430,06	0,00	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>0,00</b>	<b>2.430,06</b>	<b>2.430,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## Variações Patrimoniais

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.684.585,19	1.995.177,89	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.743.087,32	1.224.286,79
CONTRIBUIÇÕES	846.745,20	1.240.532,71	PESSOAL E ENCARGOS	755.513,47	662.273,68
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	846.745,20	1.240.532,71	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	708.264,57	622.021,18
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	846.745,20	1.240.532,71	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	708.264,57	622.021,18
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	664.885,94	602.079,99	BENEFÍCIOS A PESSOAL	47.248,90	40.252,50
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	664.885,94	602.079,99	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	47.248,90	40.252,50
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	664.885,94	602.079,99	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	497.789,20	415.704,02
VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	135.536,59	145.712,04	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	9.526,05	7.394,90
JUROS E ENCARGOS DE MORA	29.828,73	15.429,72	CONSUMO DE MATERIAL	9.526,05	7.394,90
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	29.828,73	15.429,72	SERVIÇOS	458.419,69	382.605,12
OUTRAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	105.707,86	130.282,32	DIARIAS	108.570,00	80.280,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	105.707,86	130.282,32	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	71.066,43	63.002,52
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	4,46	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	278.783,26	239.322,60
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	4,46	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	29.843,46	25.704,00
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	4,46	DEPRECIACAO	29.843,46	25.704,00
OUTRAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	37.417,46	6.848,69	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	157.830,00	140.544,19
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	398,64	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	157.830,00	140.544,19
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	398,64	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	157.830,00	140.544,19
DIVERSAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	37.018,82	6.848,69	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	331.954,65	5.759,46
MULTAS ADMINISTRATIVAS	205,09	312,23	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	331.954,65	0,00
INDENIZAÇÕES	36.813,73	6.536,46	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	331.954,65	0,00
			PERDAS INVOLUNTARIAS	0,00	5.759,46
			PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO	0,00	5.759,46
			OUTRAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	5,44
			DIVERSAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	5,44

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	5,44
<b>Total das Variações Ativas :</b>	<b>1.684.585,19</b>	<b>1.995.177,89</b>	<b>Total das Variações Passivas :</b>	<b>1.743.087,32</b>	<b>1.224.286,79</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>					
<b>Déficit do Exercício</b>	<b>58.502,13</b>		<b>Superávit do Exercício</b>		<b>770.891,10</b>
<b>Total</b>	<b>1.743.087,32</b>	<b>1.995.177,89</b>	<b>Total</b>	<b>1.743.087,32</b>	<b>1.995.177,89</b>

João Pessoa-PB, 31 de dezembro de 2017

JOÃO CRISTIANO REBOUÇAS ROLIM  
PRESIDENTE  
CAU A12478-8  
365.083.904-06

MÔNICA CRISTINA VIEIRA SMITH  
ASSESSORA CONTÁBIL  
CRC 5920/O-3 PB  
952.254.394-20

**Variações Patrimoniais Qualitativas  
(decorrentes da execução orçamentária)**

<b>VARIAÇÕES ATIVAS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>	<b>VARIAÇÕES PASSIVAS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
RECEITA CORRENTE	1.405.576,99	1.255.970,64
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	567.717,37	501.329,92
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	567.717,37	501.329,92
ANUIDADES	567.717,37	501.329,92
RECEITA DE SERVIÇOS	664.885,94	602.079,99
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.641,53	1.671,68
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	663.100,81	600.274,58
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	143,60	133,73
FINANCEIRAS	131.675,61	144.487,53
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	25.948,12	14.205,21
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	105.727,49	130.282,32
MULTAS SOBRE ANUIDADES	23.801,42	18.806,70
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	81.926,07	111.475,62
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	41.298,07	8.073,20
MULTAS DE INFRAÇÕES	4.085,70	1.536,74
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	36.813,73	6.536,46
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	398,64	0,00
OUTROS INGRESSOS	2.868.026,17	2.110.575,42
<b>DESEMBOLSOS</b>		
CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.370.849,38	1.222.646,44
DESPESA CORRENTE	1.370.849,38	1.191.646,44
PESSOAL	808.643,64	708.112,29
MATERIAL DE CONSUMO	9.526,05	7.394,90
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	81.682,66	70.585,40
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	251.341,74	203.397,51
ENCARGOS DIVERSOS	61.825,29	61.612,15
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	157.830,00	140.544,19
DESPESA DE CAPITAL	0,00	31.000,00
INVESTIMENTOS	0,00	31.000,00
OUTROS DESEMBOLSOS	2.869.930,41	2.112.418,39
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>32.823,37</b>	<b>62.481,23</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
<b>DESEMBOLSOS</b>		
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
<b>DESEMBOLSOS</b>		
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>		



GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	32.823,37	62.481,23
--	-----------	-----------

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	800.693,91	769.212,68
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	833.517,28	800.693,91

João Pessoa-PB, 31 de dezembro de 2017

---

JOÃO CRISTIANO REBOUÇAS ROLIM

PRESIDENTE

CAU A12478-8

365.083.904-06

---

MÔNICA CRISTINA VIEIRA SMITH

ASSESSORA CONTÁBIL

CRC 5920/O-3 PB

952.254.394-20

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em de Reais)

---

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba - CAU/PB, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/PB é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/PB, aprovado em 08 de fevereiro de 2013. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba - CAU PB está localizado na Av. Guarabira, Nº 1200, 2º Andar, Ed. Empresarial Boulevard Guarabira, salas 301,302 e 304 Manaira.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em de Reais)

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitem 3.2.1), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	-	-
Banco conta movimento	1.427,57	2.304,33
Aplicações financeiras	832.089,71	790.108,69
Banco do Brasil S/A	<u>-</u>	<u>8.280,89</u>
Total	833.517,28	800.693,91

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa

- a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PB procedeu a contribuição de provisão para créditos de liquidação duvidosa ao encerramento do exercício de 2017.
- b) Base de mensuração - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores do exercício corrente, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.
- c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/PB, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em de Reais)

d) Reflexo patrimonial comparativo

	2017	2016
Contas a receber de anuidades do exercício	388.569,18	302.514,27
Contas a receber de anuidades do exercício anterior	644.013,05	451.059,76
( - ) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(882.135,00)	-
	<u>150.447,23</u>	<u>753.574,03</u>

Do montante de R\$882.135,00 do ajuste contábil implantado em 2017, somente o valor de R\$331.954,65, incidente sobre os créditos de anuidades de 2017, foi registrado como variação patrimonial diminutiva do exercício do balanço, portanto não afetando o resultado patrimonial de 2017. O restante de R\$550.180,35 incidentes sobre créditos de anuidades dos exercícios de 2012 a 2016 foi registrado como "Ajustes de Exercício Anteriores" reduzindo diretamente os Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido do Conselho.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

	2017	2016
Material de consume	-	7.024,96
	<u>-</u>	<u>7.024,96</u>

3.4 Imobilizado

Os bens imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável e encontram - se registrados em sistema informatizado, o SISPAT.NET. A Composição do Imobilizado do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba - CAU/PB em 31/12/2017, é no valor de R\$117.459,02 (cento e desessete mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e dois centavos).

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/PB segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em de Reais)

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos de uso administrativo	8	10%
Veículos de uso da fiscalização	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	10	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	31.12.2016	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2017
Móveis e utensílios	117.017,35	-	-	-	117.017,35
Máquinas e Equipamentos	1.158,00	-	-	-	1.158,00
Equipamentos de Processamento de Dados	20.760,13	-	-	-	20.760,13
Equipamentos de Informática	74.624,95	-	-	-	74.624,95
Máquinas, Motores e Aparelhos	6.077,10	-	-	-	6.077,10
(-) Depreciação Acumulada	(72.335,05)	-	-	(29.843,46)	(102.178,51)
<b>Total</b>	<b>147.302,48</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(29.843,46)</b>	<b>117.459,02</b>

### 3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

### 3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em de Reais)

---

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PB procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/PB adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis. O CAU/PB não possui ações ajuizadas trabalhistas ou cíveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em de Reais)

Reflexo patrimonial comparativo

	2017	2016
Férias	44.235,42	37.897,68
INSS s/ Férias	14.614,10	11.677,87
FGTS s/ Férias	5.813,70	4.745,96
PIS/PASEP s/ Férias	568,39	470,27
Devolução de Contribuições	184,83	184,83
<b>Total</b>	<b>65.231,61</b>	<b>54.791,78</b>

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

O CAU/PB apresentou até o mês de dezembro de 2017, um Déficit Patrimonial no valor de R\$58.502,13 conforme demonstrado abaixo:

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2017</u>
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.684.585,19
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.743.087,32)
(=) Déficit Patrimonial acumulado até dezembro de 2017	<u>(58.502,13)</u>

O Déficit Patrimonial apurado pelo Conselho nas Demonstrações das Variações Patrimoniais no exercício, se deu devido a constituição da Provisão de Perdas para Devedores Duvidosos - Anuidades de PF e PJ do exercício de 2017, cujo montante totalizou o valor de R\$331.954,65, correspondente a 85,43% do saldo a receber de anuidades de PF e PJ do exercício de 2017, calculado pela média ponderada dos exercícios de 2014 a 2016.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba - CAU PB, no exercício das competências de que trata o Art. 28, incisos II e XI da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, de acordo com a Reunião Plenária Ordinária Nº 08.2016 realizada no dia 26 de setembro de 2016, aprovou o Plano de Ação e Orçamento do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba - CAU PB para o exercício de 2017.

As receitas e despesas foram escrituradas pelo REGIME DE COMPETÊNCIA, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 5ª Edição.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em de Reais)

Comparando a Receita Arrecadada - R\$1.405.576,99 (hum milhão quatrocentos e cinco mil quinhentos e setenta e seis reais e noventa e nove centavos) com a Despesa Realizada - R\$1.370.849,38 (hum milhão trezentos e setenta mil oitocentos e quarenta e nove reais e trinta e oito centavos) até o mês de dezembro de 2017, constatou-se um Superávit Orçamentário no valor de R\$ 34.727,61 (trinta e quatro mil setesentos e vinte e sete reais e sessenta e um centavos). Conforme demonstrados abaixo:

RECEITAS:	2017	2016
Receitas Correntes	1.405.576,99	1.255.970,64
Receitas de Contribuições	567.717,37	501.329,92
Receitas de Serviços	664.885,94	602.079,99
Financeiras	135.556,22	144.487,53
Outras Receitas Correntes	37.417,46	8.073,20
<b>DESPESAS:</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Despesas Correntes	1.370.849,38	1.191.646,44
Pessoal e Encargos	745.073,64	708.112,29
Material de Consumo	9.526,05	7.394,90
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	81.682,66	70.585,40
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	251.341,74	203.397,51
Encargos diversos	61.825,29	61.612,15
Transferências Correntes	157.830,00	140.544,19
<b>DESPESAS DE CAPITAL:</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Subtotal das Receitas	1.405.576,99	1.255.970,64
Subtotal das Despesas	(1.370.849,38)	(1.222.646,44)
Superávit Orçamentário do Exercício	34.727,61	33.324,20

Resultado Orçamentário	2017	2016
Receita Orçamentária Arrecadada	1.405.576,99	1.255.970,64
(-) Despesas Empenhadas	(1.370.849,38)	(1.225.076,50)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	34.727,61	30.894,14

### 3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Resultado Financeiro	2017	2016
Saldo Disponível Apurado	833.517,28	800.693,91
(-) Passivo Financeiro	(66.177,34)	(57.651,60)
(=) Superávit Financeiro Apurado	767.339,94	743.042,31



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em de Reais)

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

	2017	2016
Variações Patrimoniais aumentativas	1.684.585,19	1.995.177,89
Variações Patrimoniais diminutivas	(1.743.087,32)	(1.224.286,79)
(=)Superávit ou Déficit Patrimonial do exercício	(58.502,13)	770.891,10

Resultado Patrimonial Efetivo - Justificativa ao Déficit Patrimonial

Face às implantações de políticas contábeis em 2017, de Provisões para Contingências detalhadas na nota explicativa 3.8, demonstra-se a seguir o Resultado Patrimonial de 2017 efetivo, excluindo dos reflexos das variações patrimoniais diminutivas (VPD) relativas a exercícios anteriores registradas acumuladamente em 2017.

RESULTADO PATRIMONIAL 2017	
Déficit Patrimonial demonstrado	(58.502,13)
+ Montante das VPD ref. Provisões p/Contingências exercícios Anteriores	1.743.087,32
RESULTADO PATRIMONIAL EFETIVO 2017	
Superávit ou Déficit Patrimonial	1.684.585,19

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

A Demonstração de Fluxo de Caixa configura como Ingressos as receitas orçamentárias arrecadadas e como Desembolsos as despesas orçamentárias e os restos a pagar. O objetivo da DFC é demonstrar a capacidade de uma entidade de gerar caixa para fazer face às suas necessidades de liquidez, bem como contribuir para a transparência da gestão pública, permitindo um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em de Reais)

---

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em de Reais)

---

5. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2017 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/PB, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2017 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

6. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços a não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

7. Relacionamento com os auditores independentes

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

João Pessoa/PB, 10 de abril de 2018.

---

RICARDO VICTOR DE MENDONÇA VIDAL  
PRESIDENTE  
CAU A36364-2  
027.572.644-43

---

MÔNICA CRISTINA VIEIRA SMITH  
ASSESSORA CONTÁBIL  
CRC 5920/O-3 PB  
952.254.394-20